



## Apresentação do texto final da CPI do Cachoeira será feita hoje

Odair Cunha adiantou que pedirá o indiciamento de todos os depoentes que se recusaram a falar na comissão. Alguns parlamentares anunciaram que devem apresentar voto em separado. **8**

## Acusada de intermediar adoções ilegais não depõe **8**

## Comissão rejeita mudar fundos de incentivo regional **7**

# Acordo viabiliza relatório preliminar do Orçamento

Parecer do senador Romero Jucá à proposta orçamentária de 2013 foi aprovado ontem, na CMO, após governo firmar acordo com a oposição para ampliar o atendimento a emendas parlamentares previstas no Orçamento 2012

Pedro Franco/Agência Senado



Relator-geral, senador Romero Jucá (D) conversa com os senadores Armando Monteiro (E) e João Costa em sessão da CMO

**A** Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o parecer preliminar à proposta orçamentária 2013 elaborado pelo relator-geral, senador Romero Jucá. Para votar o texto, o governo precisou fazer um acordo com a oposição, que exige aumento na liberação das emendas parlamentares deste ano. Agora, senadores e deputados terão nove dias para apresentar emendas ao relatório preliminar e, em seguida, serão elaborados e votados dez pareceres setoriais. Daí surgirá o relatório final, que deverá ser votado antes do início do recesso. **3**

## Assassinatos de jovens negros revelam racismo velado no país

Dos jovens mortos por violência no Brasil, 70% são negros, segundo dados citados na Comissão de Direitos Humanos. **4 e 5**



Tassia Pinho, Daniela Luciana, Severine Macedo, senador Paulo Paim, Deise Benedito e Fernando Benício dos Santos: pesquisa DataSenado motivou debate

Márcia Kolumbe/Agência Senado

## Senadores homenageiam o Dia Nacional da Consciência Negra em discursos **4 e 5**

Moreira Mariz/Agência Senado



## Ministério afirma que age para evitar novos apagões

Em audiência no Senado, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, disse que casos recentes acenderam uma "luz vermelha" no governo. **6**

Observado por Lúcia Vânia e Delcídio do Amaral, Márcio Zimmermann, do Ministério de Minas e Energia, fala no Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores conversam na sessão em que o Plenário aprovou o projeto que trata da ajuda de custo dos parlamentares

## Senado pagará IR sobre ajuda de custo, mas acionará Justiça

Projeto aprovado determina que a Casa arque com o Imposto de Renda de senadores referente a ajudas de custo do período de 2007 a 2011; por discordar da cobrança retroativa, tentará reaver dinheiro nos tribunais

O PLENÁRIO APROVOU ontem o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 67/12, que confirma o entendimento da Comissão Diretora sobre a natureza não tributável das ajudas de custo pagas pela Casa aos senadores no início e no fim do mandato. O projeto também prevê que o Senado arcará com o pagamento do Imposto de Renda (IR) referente às ajudas de custo recebidas pelos senadores de 2007 a 2011, no início e no fim de cada ano. Além disso, a Casa decidiu ajuizar uma ação contestando a cobrança retroativa do imposto.

As ajudas de custo não eram tributadas porque, de acordo com o Decreto Legislativo 7/95, os recursos são de natureza

indenizatória e não integram a remuneração dos parlamentares — isentos, assim, de tributação.

No início de agosto, porém, a Receita Federal entendeu que os recursos têm, sim, caráter remuneratório, passando a ser necessário o desconto de 27,5% referente ao IR. A Receita, então, notificou senadores e ex-senadores para que recolhessem o Imposto de Renda sobre as ajudas de custo recebidas de 2007 a 2011.

Para a Comissão Diretora, a mudança de entendimento da Receita não poderia ser retroativa. Deveria valer apenas para as ajudas de custo pagas a partir deste ano. Assim sendo, o Senado pagará o tributo à Receita, mas acionará a Justiça

por discordar da questão.

Entre os argumentos do Senado, está decisão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomada em fevereiro de 2010 que reforça a não incidência do imposto por considerar as ajudas de custo recebidas para gastos no início e no fim do ano como sendo “de natureza jurídica indenizatória”.

Em maio, o Senado aprovou a extinção da ajuda de custo paga aos senadores e deputados federais no início e no fim do ano, conforme disposto no Projeto de Decreto Legislativo 71/11, de modo que a ajuda seja paga apenas no início e no fim do mandato, a cada quatro anos. O projeto está em análise na Câmara dos Deputados.



Presidente do Senado garantiu a líderes evangélicos que todos os lados serão ouvidos antes da votação de mudanças

## Sarney: novo Código Penal só após debates

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o projeto do novo Código Penal (PLS 236/12) passará por longo debate antes de ser votado e que todos os setores da sociedade serão ouvidos. A declaração foi feita após a visita de líderes evangélicos e de deputados da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso.

— O Senado vai ouvir, em audiências públicas, o povo, as diversas correntes de opinião, as pessoas dissidentes, aqueles que pensam diferentemente,

os que queiram introduzir novas ideias. Isso se chama democracia — disse.

Os parlamentares evangélicos manifestaram preocupação principalmente com a ampliação das hipóteses de aborto legal e com a descriminalização do porte e plantio de drogas para uso próprio, entre outros temas. Para o presidente da Frente Evangélica, deputado João Campos (PSDB-GO), a reforma não pode “afrouxar” as leis.

— Nós somos a favor, desde que seja em uma concepção

de endurecer a legislação penal em uma perspectiva de diminuir a criminalidade, a violência e a impunidade no país — afirmou.

Sarney disse não concordar com algumas das mudanças sugeridas no texto. E informou ter manifestado as discordâncias quando encaminhou para a discussão no Senado o anteprojeto feito pela comissão de juristas que o elaborou. O trabalho dos juristas, disse, será apenas uma base para que o Congresso possa discutir os temas.

### Na internet, relatórios feitos desde 1830 pela Presidência do Senado

Foi finalizada a digitalização do acervo do *Relatório Anual da Presidência*, o detalhamento das atividades do Senado realizadas no ano. Estão disponíveis, na internet ([www.senado.gov.br/atividade/resenha](http://www.senado.gov.br/atividade/resenha)), documentos produzidos desde 1830.

— É uma grande contribuição a todos aqueles que se interessam por história e a todos os pesquisadores da história legislativa do Brasil — disse o presidente do Senado, José Sarney.

O trabalho é da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, da Secretaria de Arquivo e da Biblioteca.

### Prédio do Interlegis deverá se chamar Ronaldo Cunha Lima

O prédio onde está instalado o Programa Interlegis, em Brasília, deverá ser chamado Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima. A medida está no Projeto de Resolução (PRS) 50/12, do senador José Agripino (DEM-RN), que foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. O texto irá para a Comissão Diretora.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), filho do homenageado, agradeceu a aprovação do projeto. Ronaldo Cunha Lima (1936—2012) foi senador de 1995 a 2003. O Interlegis é um programa do Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### CORREÇÃO

O **Jornal do Senado** informou equivocadamente, na página 2 da edição de ontem, que o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) havia interpretado o Hino Nacional na cerimônia de posse dos jovens senadores. Na verdade, o hino foi

intepretado pelo tenor Jean William Silva. Sobre o Dia da Bandeira, participaram da comemoração não apenas alunos de escolas públicas, como consta da página 1 da edição de ontem, mas também de instituições privadas.

#### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



##### PLENÁRIO: TRF em Curitiba

14h Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 42/12, que cria um Tribunal Regional Federal em Curitiba.

##### PRESIDÊNCIA: Zumbi

11h Sarney vai a cerimônia sobre Zumbi no Palácio do Planalto; às 16h, recebe o presidente dos Diários Associados, Álvaro Teixeira; depois preside a ordem do dia.

##### RIO SÃO FRANCISCO: Plano de trabalho

9h A comissão especial do Rio São Francisco apresenta plano de trabalho.

##### CAS: Adicional por tempo de serviço

9h Na pauta, projeto que institui o adicional por tempo de serviço para quem recebe dois salários mínimos ou menos.

##### CCT: Doenças raras

9h Na pauta de 80 itens, proposta que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas e projetos de decreto legislativo que tratam de renovações de serviços de rádio e TV.

##### CE: Ciclo de debates

10h Continuidade do ciclo de debates sobre educação e federalismo. Na discussão, a federalização da educação básica.

##### CCJ: Idoso enfermo

10h Fim da exigência de comparecimento do idoso enfermo a órgãos públicos e indicação de Sérgio Luiz Kukina para o STJ.

##### CPI DO CACHOEIRA: Conclusão

10h15 Apresentação do relatório final.

##### CDH: Estupro e atentado ao pudor

11h Análise de projeto que agrava a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor quando cometidos contra criança.

##### EXPOSIÇÃO: Jovem Senador

13h30 Lançamento da exposição *Jovem Senador 2012*, no Espaço Senado Galeria.

##### CDR: Empregos no ecoturismo

14h Votação de projeto que cria o Fundo de Incentivo à Geração de Emprego no Setor de Ecoturismo.

##### CMMC: Bioma Amazônia

14h Audiência sobre ações relativas à mudança do clima no bioma Amazônia, com representantes dos Ministérios de Minas e Energia e do Desenvolvimento.

##### CMO: Créditos orçamentários

14h/18h/20h Comissão Mista de Orçamento tem reuniões no Plenário 2 da Câmara para analisar autorizações de créditos orçamentários para ministérios.

##### CRA: Ratificação de terra alienada

14h30 Comissão analisa projeto que prorroga o prazo para que sejam ratificadas concessões e alienações de terras em faixa de fronteira.

##### PARLASUL: Estatuto da Fronteira

14h30 Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul vota relatório pela rejeição ao projeto (PLS 313/08) que institui o Estatuto de Fronteira do Brasil.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Votação da proposta orçamentária para 2013 só foi possível depois de acordo entre governo e oposição que inclui atendimento de emendas parlamentares ao Orçamento de 2012

# Aprovado relatório preliminar do Orçamento

APÓS DIVERSOS ATRASOS, o relatório preliminar da proposta orçamentária de 2013 foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Isso foi possível em função de acordo que envolveu partidos governistas e de oposição e que incluiu a votação da Medida Provisória 583/12. A MP libera R\$ 676 milhões para, entre outros objetivos, atender os municípios atingidos pelas secas e ainda terá de ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Para votar o relatório preliminar do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a proposta orçamentária de 2013, vários parlamentares da oposição exigiram o aumento dos limites de empenho para as emendas ao Orçamento de 2012.

As reclamações dos opositoristas para que tais emendas sejam atendidas não são novas, como se viu durante a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no primeiro semestre. No entanto, como a oposição é minoria na CMO, especula-se que parte da resistência às votações venha de integrantes da base governista.

Além do aumento dos limites de empenho, o acordo também prevê que os projetos de lei de crédito adicional que estão na CMO sejam votados diretamente no Plenário do Congresso, em sessão



Relator do Orçamento, Romero Jucá (C) fala na reunião da CMO, presidida por Paulo Pimenta (D)

conjunta da Câmara e do Senado. Segundo o presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), há mais de 50 projetos nessa condição.

Pimenta tem alertado para os prazos, já que o Orçamento deve ser votado pelo Congresso até 22 de dezembro. A data-limite original para o relatório preliminar aprovado ontem, por exemplo, era 24 de outubro.

Ao comentarem o acordo, representantes da oposição frisaram, como fez o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), “que o tratamento dado pelo governo aos partidos da oposição tem de ser reformulado”, sob pena de que não haja apoio para as próximas votações relacionadas ao Orçamento.

## Prazo para apresentar emendas é de 9 dias

Com a aprovação do relatório, abre-se um prazo de nove dias para a apresentação de emendas por parte de deputados e senadores. Conforme havia sido anunciado, Romero Jucá, relator-geral do Orçamento, acatou apenas uma das mais de cem sugestões de alteração do parecer.

Inicialmente, Jucá tinha fixado em R\$ 15 milhões o limite global de emendas por parlamentar, dos quais R\$ 2 milhões deveriam destinar-se à saúde. A emenda que ele acatou flexibiliza a destinação desses R\$ 2 milhões, permitindo a alocação tanto no Ministério da Saúde como no orçamento da Seguridade Social.

A intenção é permitir o uso da verba em outras atividades não incluídas na Lei Complementar 141/12, que define o que é investimento em saúde pública.

O limite global de R\$ 15 milhões por parlamentar é o mesmo do Orçamento 2012, o que interrompe o aumento do valor, que se verificava nos últimos anos. Jucá argumentou que a manutenção foi necessária para manter o esforço fiscal do governo. Ele ressaltou que “há poucas receitas que permitam aumentar despesas” e lembrou a conjuntura internacional adversa.

A próxima etapa será a apresentação dos relatórios

setoriais, em dez áreas temáticas. Cada relator setorial vai avaliar o projeto original do Executivo e analisar as emendas que serão apresentadas nos próximos dias.

Após a aprovação desses pareceres, Jucá irá consolidá-los em um documento único (o relatório geral), que será então votado na CMO e, posteriormente, no Plenário do Congresso. A etapa final será a sanção da presidente da República.

Ontem, ao avaliar o acordo entre governo e oposição, Jucá também destacou que é preciso “avançar nos entendimentos para votar o Orçamento até o final do ano”.

## Cassol promete verbas do Orçamento da União ao Instituto Federal de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) informou que o Instituto Federal de Rondônia (Ifro) deverá ser beneficiado com emenda dele ou da bancada estadual ao Orçamento de 2013. A ideia, segundo o senador, é fortalecer os investimentos na estrutura dos cursos técnicos oferecidos pelo Ifro.



Cassol fala sobre escola técnica de Rondônia

Cassol contou que o Ifro conseguiu crescer nos últimos quatro anos com excelência na educação profissional, científica e tecnológica.

Com mais de 8 mil alunos, o instituto oferece cursos de Técnico em Móveis, em Informática, em Florestas, em Agropecuária, em Agroecologia, em Eventos, em Logística, em Reabilitação de Dependentes Químicos e em Segurança do Trabalho, além de licenciaturas em Química, Física e Biologia — cursos em que há grande carência de professores na rede pública de ensino de Rondônia.

— Há necessidade, no estado de Rondônia, em várias áreas. Faltam

professores para atender a demanda. Infelizmente, estão faltando vários profissionais.

O senador também comentou que há grande demanda de profissionais para atuar na agricultura e no agronegócio.

No campus localizado em Colorado do Oeste, contou, existe oferta de cursos técnicos em Agropecuária e Aquicultura, formação superior em Tecnologia em Laticínios e Tecnologia em Gestão Ambiental, licenciatura em Biologia e especialização em Proeja (voltado à educação de jovens e adultos) e Engenharia Agrônoma.

— Rondônia é um estado modelo da reforma agrária, onde há mais de 117 mil pequenas propriedades rurais e um forte agronegócio — destacou.

Além de Colorado do Oeste, os cursos do Instituto Federal de Rondônia são lecionados em Ji-Paraná, Cacoal, Guajará-Mirim, Porto Velho, Calama e Ariquemes, informou o senador.

## MP libera verba para cidade afetada por seca

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem a MP 583/12. A medida provisória libera R\$ 676 milhões para o Ministério da Integração Nacional.

De acordo com o governo, um dos principais objetivos da proposição é atender as populações vítimas de estiagem prolongada

verificada em várias cidades brasileiras, em especial as do semiárido nordestino.

Agora, a MP 583/12 será apreciada separadamente pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Uma vez aprovada nas duas Casas, será enviada para a sanção presidencial.

## Sudene, Sudam e Dnit terão novos cargos

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, um projeto de lei que cria 171 cargos comissionados no Ministério da Integração Nacional, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e nas Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

Na justificativa do PLC 92/12, o Poder Executivo explica que as estruturas, recriadas em 2007, foram estruturadas com o aproveitamento de cargos e funções já disponíveis na administração federal, considerados insuficientes.

Conforme explicou o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), os cargos aprovados serão utilizados no fortalecimento das entidades, em especial para o planejamento de programas voltados à redução de desigualdades regionais.

No Dnit, os novos cargos servirão para fortalecer, segundo o governo, a atuação do órgão nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Alvaro Dias (PSDB-PR), Wellington Dias (PT-PI), Pedro Taques (PDT-MT), Gim Argello (PTB-DF) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) manifestaram apoio à proposta.

Sete entre cada dez jovens assassinados no Brasil são negros, de acordo com dados apresentados ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos. Violência permeada pelo racismo é apontada até em ações do Estado, como na truculência verificada em abordagens policiais a jovens negros

# Mortalidade de jovens negros é tragédia nacional, alertam acadêmicos e representantes do governo

**METADE DAS VÍTIMAS** de homicídios no Brasil tem entre 15 e 29 anos, e sete de cada dez jovens assassinados são negros, sendo mais de 90% do sexo masculino. O *Mapa da Violência 2012*, divulgado pelo Instituto Sangari em parceria com o Ministério da Justiça, revela a desproteção da juventude negra. Para especialistas que ontem participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), trata-se de uma tragédia nacional.

— É como se a cada mês caíssem oito aviões lotados de jovens, a maioria negros — comparou Severine Macedo, secretária nacional de Juventude da Presidência da República.

A morte de tantos jovens revela a inexistência de políticas para formação, profissionalização e inclusão social, segundo o professor Antônio Flávio Testa, da Universidade de Brasília.

— O país avançou no combate à mortalidade infantil, mas todo o investimento que foi feito para garantir a vida no nascedouro se perde no momento em que o jovem começaria a se tornar um cidadão capaz de contribuir com a sociedade — disse.

Dados apresentados por Mário Theodoro, secretário-executivo da Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (Sepgir), confirmam que a violência contra negros se agrava



Presidente da comissão, Paulo Paim (C) ouve o professor Antônio Flávio Testa opinar que os avanços no combate à mortalidade infantil se perdem na morte de jovens

nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde ocorre um aumento acentuado de homicídios de jovens negros.

— Esse contexto de violência no Brasil é permeado pelo racismo, inclusive por parte do Estado — frisou Theodoro, citando truculência em abordagens policiais a jovens negros.

A preocupação foi compartilhada por Marivaldo de Castro, secretário de Assuntos

Legislativos do Ministério da Justiça. Conforme informou, são os negros as maiores vítimas da ação policial que resulta em lesão corporal grave e morte.

## Penas mais severas

Na percepção da psicanalista Maria de Lourdes Teodoro, da Sociedade de Psicanálise de Brasília, que trabalhou no atendimento a jovens em conflito com a lei, o preconceito

também permearia os órgãos responsáveis pela definição de penas a esses jovens infratores. Para ela, a punição de adolescentes negros é mais severa que a estabelecida para jovens infratores brancos.

Maria de Lourdes observou que a sociedade brasileira é despreparada para lidar com o processo de transformação que marca a adolescência, o que agrava situações de conflito

envolvendo jovens, conforme revelado nos números sobre a mortalidade nessa faixa etária no país.

Para o filósofo Ruy dos Santos Siqueira, os governos precisariam ampliar os esforços para eliminar o racismo entre os agentes públicos, com medidas como, por exemplo, a inclusão de conteúdos sobre a diversidade étnica e cultural nos concursos públicos.

## Pesquisa do DataSenado motivou a audiência

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que a audiência foi motivada pela pesquisa *Violência contra a Juventude Negra no Brasil*, do DataSenado. Nesse trabalho, 55% dos entrevistados disseram acreditar que a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo.

Segundo Paim, a maioria das pessoas ouvidas pelo DataSenado acredita que a melhoria do ensino é a principal ação para combater o racismo. Mas ele alertou para a dificuldade de percepção sobre o preconceito no país: metade dos entrevistados considera não haver relação entre a cor da pele e as dificuldades nas condições de vida.

Para o senador, negar que exista racismo no Brasil só agrava a situação de desigualdade, por impedir a possibilidade de compreender o problema e buscar soluções efetivas.

Andreia Alessandra Barbosa, funcionária do DataSenado que participou dos trabalhos da pesquisa, afirmou que esse racismo velado e cruel resulta em agressões diárias à população negra.

Fernando Benício dos Santos, coordenador da entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), relatou situações que confirmam a forma preconceituosa como os negros são tratados no Brasil, sobretudo casos de jovens mortos por policiais que alegaram tê-los confundido com bandidos. Paim lembrou o caso do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, morto pela polícia de São Paulo, em 2004, aos 28 anos, quando voltava do Aeroporto de Guarulhos, onde sua namorada tinha embarcado.

Entre os entrevistados pelo DataSenado, 55,8% concordaram que a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco. O DataSenado ouviu por telefone 1.234 pessoas com mais de 16 anos em 123 municípios, entre 1º e 11 de outubro.

## Senadores sugerem articulação política para combater a violência

Durante a audiência pública, Ana Rita (PT-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram preocupação com o agravamento da violência entre os jovens no Brasil e cobraram ações integradas para solucionar o problema.

— É importante que o governo federal e os governos estaduais e municipais levem a sério esse tema da violência e busquem construir políticas articuladas para enfrentar essa situação — disse Ana Rita, ao manifestar o compromisso do Legislativo na aprovação e fiscalização de leis que reduzam a vulnerabilidade dos jovens em relação à violência.

Suplicy falou sobre sua participação em cerimônia do Troféu Raça Negra, segunda-feira em São Paulo, quando o cantor de rap Mano Brown lhe falou sobre sua preocupação com a violência a que têm sido submetidos sobretudo os jovens negros na região metropolitana daquele estado.

Ao lembrar o Dia da Consciência Negra, Paulo Paim disse na audiência que escolheu a data para reapresentação de projeto que assegura título definitivo das terras ocupadas por comunidades quilombolas.

Em Plenário, o senador afirmou que a contribuição do negro na formação social do Brasil não se resume só à resistência havida no período colonial no Quilombo dos Palmares. Segundo Paim, os negros estiveram presentes em todos os movimentos sociais e políticos da história brasileira: luta pela abolição dos escravos, luta pela independência do país, Inconfidência Mineira e, mais recentemente, contra a ditadura militar.

O senador destacou também a reeleição do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a posse do ministro Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o primeiro negro a assumir essa função na Corte.

## Suplicy pede a negros que lutem pela renda básica de cidadania

No Dia Nacional da Consciência Negra, Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou os negros “de pele ou de coração” para lutar pela concretização da lei que institui a renda básica de cidadania.

O senador destacou que “a Lei Áurea não foi capaz de apagar séculos de cultura de escravidão e inferiorização

do negro”. Por isso, em caráter emergencial, ele defendeu a implantação de cotas raciais. Suplicy citou um levantamento da Universidade de Brasília mostrando que, em oito anos do sistema de cotas na universidade, o número de alunos afrodescendentes aumentou de 2% para 10,5%.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Jayne comemora Dia Nacional da Consciência Negra



A luta do líder Zumbi dos Palmares pela libertação dos escravos foi lembrada por Jayne Campos (DEM-MT), que saudou

o Dia da Consciência Negra. — Deve-se a Zumbi, morto em 1695, muito da liberdade que alcançamos, ante sua fabulosa contribuição cultural na formação de nosso povo — afirmou.

O senador, no entanto, ressaltou que a faixa de renda predominante dos negros ainda se situa na classe média baixa, sua inserção no mercado de trabalho ainda deixa muito a desejar e sua expectativa de vida persiste aquém da de outras camadas da população.

— A dependência de políticas compensatórias, como cotas universitárias e diferenciações pontuais, são prova cabal de que temos ainda muito a fazer — disse.

### Anibal Diniz diz que espírito de Zumbi dos Palmares continua vivo



Ao comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, Anibal Diniz (PT-AC) disse que continua vivo o espírito de luta de Zumbi,

líder do Quilombo dos Palmares. O senador comentou conquistas da população negra e defendeu cotas raciais no ensino superior.

Para Anibal, a política de cotas nas universidades brasileiras é exemplo bem-sucedido de inclusão — não só da população negra, mas também de índios, pessoas com deficiência e estudantes do ensino público — no ensino superior e no mercado de trabalho público e privado. Ele elogiou também o Programa Universidade para Todos (Prouni) por ter viés inclusivo.

— Programas como esse vêm corrigir distorções marcadamente discriminatórias — afirmou.

### Lídice cita conquistas do país no combate às desigualdades raciais



Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que, apesar de ainda existir desigualdade racial, o Brasil obteve avanços significativos no

combate ao racismo nos últimos 40 anos: conquistas como o Estatuto da Igualdade Racial, a ascensão social dos negros e a confirmação das cotas nas universidades federais.

A senadora também afirmou ser digna de comemoração a atenção que a sociedade está dando ao Dia Nacional da Consciência Negra. Ela citou a ampla cobertura do assunto pela imprensa e lembrou que quase toda a rede pública de ensino discute a data com os alunos.

— Deixamos de ter o Dia da Consciência Negra como um dia comemorado no gueto daqueles que eram vanguarda — disse.

### Ângela Portela cobra mais ações afirmativas para população negra



Ainda há muito a ser feito para compensar a dívida social do país com a população negra, apesar das ações implementadas

no país nos últimos anos, disse Ângela Portela (PT-RR). Entre elas, a senadora citou a Lei das Cotas, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a obrigatoriedade de se ensinar história e cultura afro-brasileiras nas escolas (Lei 10.639/03) e o Estatuto da Igualdade Racial.

Ângela destacou o racismo velado que ainda resiste no Brasil, “último país do mundo a abolir a escravatura, segunda maior nação escravista do século passado e o maior importador de escravos da idade moderna”. Ela ainda elogiou o lançamento ontem, pelo Executivo, de ações para beneficiar as comunidades quilombolas.

### Convivemos com uma dívida cívica e com a exclusão, diz Rollemberg



A comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra precisa ir além do sentido simbólico, pois se refere a uma dívida

cívica e a uma exclusão cotidiana, real e explícita na sociedade, disse Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— Não é possível achar que o racismo é algo tácito e casual quando sabemos que 75% do total dos homicídios cometidos contra jovens têm pessoas negras como vítimas. Em Brasília, morrem cinco vezes mais negros que brancos em crimes violentos — disse.

Para Rollemberg, os números quando se observa que a soma de homicídios em dez países que lidam com conflitos armados, como o Irã e o Afeganistão, ainda é menor que o total de homicídios ocorridos no Brasil.

### Para Ana Rita, cotas raciais modificam a estrutura social do país



A inclusão do negro no mundo acadêmico e no mercado de trabalho motivou discurso de Ana Rita (PT-ES) ontem. Ela res-

saltou a importância de ações afirmativas, como cotas raciais em universidades, para modificar a estrutura social do país.

— Este será um ano histórico, porque essa lei contribui para a quebra de uma estrutura antiga, preconceituosa e excludente.

Citando o censo do IBGE realizado em 2010, Ana Rita mostrou que a proporção de negros na população brasileira aumentou de 45%, em 2000, para 51% em 2010. Ela ressaltou que há menor expectativa de vida para essas pessoas, devido ao pouco acesso a tratamento de saúde e ao alto grau de violência, principalmente contra os jovens negros.

### Pinheiro comemora acesso dos jovens negros às universidades



Walter Pinheiro (PT-BA) citou aprovação, pelo Senado, da Lei de Cotas (Lei 12.711/12). Para ele, a lei sancionada pela

presidente Dilma Rousseff em agosto representa uma conquista da população negra no país.

— Nós demos a nossa contribuição para essa juventude. Fico cada vez mais alegre quando vejo o número de jovens, principalmente jovens negros nas nossas universidades — afirmou.

O senador felicitou a ministra da Cultura, Marta Suplicy, pelo lançamento de cinco editais para criadores e produtores negros.

Pinheiro comemorou também a liberação, pelo Ibama, da construção do Porto Sul, em Ilhéus, no sul da Bahia. Para ele, o porto gerará milhares de empregos e será um impulso à economia da região.

### Inácio comemora inauguração de campus luso-afro-brasileiro



Inácio Arruda (PCDoB-CE) comemorou a inauguração de mais um campus da Universidade da Integração Internacional da

Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O Campus dos Palmares foi inaugurado em Acarape (CE).

O senador informou que a Unilab oferece cursos de graduação, extensão e pós-graduação. Para ele, é imprescindível que o acesso ao ensino superior e profissionalizante esteja cada vez mais facilitado para os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira. Inácio lembrou que as populações pobres do país continuam tendo menos acesso a direitos essenciais, como educação, saúde e saneamento básico. Ele se manifestou favoravelmente às políticas afirmativas destinadas a essa parcela da população.

## Armando elogia desempenho de escola do Senai na Olimpíada do Conhecimento

Nada é mais importante para a economia que um sistema educacional de qualidade e eficiente, disse Armando Monteiro (PTB-PE), ao elogiar o desempenho dos alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) na Olim-

piada do Conhecimento, realizada em São Paulo entre 12 e 18 deste mês.

— Setecentos alunos disputaram provas em 54 ocupações profissionais e competiram simultaneamente no torneio WorldSkills Americas, que envolveu 24 países das Américas e do Caribe. Os campeões estarão em Leipzig, Alemanha, em 2013, para a etapa global do torneio de educação profissional. O desempenho dos alunos do

senador, mostra que o Brasil terá de formar mais de 7 milhões de profissionais de nível técnico até 2015, apenas para suprir a demanda do mercado interno.

— Investir em educação profissionalizante e inovação é a chave para o Brasil elevar sua produtividade. Armando elogiou ainda o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do governo federal.



Roberto Requião critica ordem de análise da iniciativa nas comissões

## Plano Nacional de Educação será debatido em audiência

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) vão realizar audiência pública conjunta para debater o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011—2020. Requerimentos nesse sentido foram aprovados ontem.

Previsto em projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados (PLC 103/12), o PNE inclui meta de investimento de 10% do produto interno bruto (PIB) em educação, a ser alcançada no prazo de dez anos.

O debate, que poderá ocorrer na quinta-feira da próxima semana, deverá ser aberto pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Está prevista também a presença de dirigentes de entidades da área educacional e especialistas na matéria.

Em reunião ontem, o presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), criticou a tramitação no Senado do projeto que institui o plano. O senador lembrou que, antes de chegar ao colegiado dirigido por ele, o

texto passará pela CAE e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A ordem atende a uma determinação do Regimento Interno, segundo a qual a comissão mais ligada ao mérito do projeto em debate é a última a ser ouvida.

— Isso é absurdo. Se nossa comissão é a comissão de mérito, como outras comissões vão discutir o projeto sem saber como ele vai ficar? — questionou.

Ao concordar com Requião, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o fato de o PNE ser inicialmente analisado pelo lado econômico.

— É uma aberração subordinar a educação a aspectos financeiros. Mesmo os que fizeram o PNE se concentraram na ideia de garantir 10% do produto interno bruto para a educação. Mas não disseram o que fazer com os 10%. Em minha opinião, nem precisaríamos dos 10%, mas aqui se deveria discutir isso. E se forem 12%? Ai a Comissão de Assuntos Econômicos analisaria — disse Cristovam.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Senadores divergem sobre a MP do setor elétrico

Em audiência, Aécio Neves diz que medida provisória é autoritária e causa insegurança jurídica. Para Eduardo Braga, não há descumprimento de contrato. Lindbergh defendeu a redução de tarifas

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, ouviu avaliações distintas dos senadores sobre as mudanças no setor elétrico previstas na Medida Provisória 579/12.

Zimmermann participou de uma audiência das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) para apresentar as ações do governo contra apagões.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG), autor do requerimento da audiência, afirmou que os apagões evidenciam a “crise gravíssima” do setor elétrico e acusou o governo de

falhar no planejamento.

A situação, na avaliação dele, será agravada pela MP. Aécio elogiou a intenção do governo de reduzir as tarifas de eletricidade, mas classificou a medida de “autoritária” e “causadora de insegurança em cascata” entre os investidores.

Em resposta, Zimmermann mencionou investimentos em linhas de transmissão. Ele discordou de Aécio, afirmando que a MP é coerente com as cláusulas dos contratos de concessão das usinas e que abrirá espaço para leilões atraentes com usinas amortizadas ao fim dos contratos.

O senador, porém, salientou que a Eletrobras está preocupada com a queda de 70% das receitas com as prorrogações de concessões previstas na MP. Zimmermann minimizou:

— Quando você vai viver num país que não remunera mais ativo amortizado, é muito claro que as empresas começam a se preparar. E é o que a Eletrobras está fazendo.

Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu a MP, avaliando que não implica descumprimento de contrato. Lindbergh Farias (PT-RJ) apoiou a participação da sociedade na defesa da redução das tarifas.



Márcio Zimmermann, representante do Ministério de Minas e Energia, fala ao lado de Lúcia Vânia e Delcídio do Amaral

## Ministério diz agir contra novos apagões

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, prestou esclarecimentos sobre os esforços do governo em resposta aos apagões recentes. Ele ressaltou a preocupação da pasta com o aspecto da proteção no sistema elétrico e a busca da melhoria contínua nos serviços:

— O governo reconhece a robustez do sistema, mas, por outro lado, não aceita esse nível de desligamentos — afirmou.

Zimmermann atribuiu os incidentes nas subestações de Foz do Iguaçu (PR), Brasília Sul e Samambaia (DF) e Colinas (TO) a “perturbações” e “atuações indevidas”.

Ele destacou a criação em outubro de uma força-tarefa para investigar as ocorrências e redefinir o protocolo dos sistemas de proteção.

— Problemas de equipamento ocorrem. Mas, quando você começa a ter uma sequência de problemas de proteção, tem uma luz vermelha bem clara.

## Para Ana Amélia, Brasil não terá crescimento se descuidar do comércio internacional



Ana Amélia: balança comercial

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Brasil não pode descuidar do comércio internacional se quiser ter crescimento econômico sustentável nos próximos anos.

— Mesmo em períodos de recessão internacional, de retração do comércio, como

é a situação atual, é preciso demarcar o território comercial lá fora — disse.

Ana Amélia lamentou o retrocesso na balança comercial brasileira e disse que o déficit é o maior em 15 anos. Para ela, é falsa a tese de que o Brasil está totalmente protegido das

## Lindbergh afirma que há lobby contra mudanças na área

Lindbergh Farias (PT-RJ) fez um alerta em relação à Medida Provisória 579/12, que modifica regras do setor elétrico e reduz as tarifas de energia no país. Segundo ele, o lobby das empresas poderá impedir a votação da MP.

— É preciso haver uma mobilização da sociedade. Se a gente quer de fato fazer uma mudança estrutural como essa, os sindicatos, as associações de moradores, os empresários têm que se mobilizar e fazer pressão no Congresso, porque eu sinto a força e a articulação de lobbies contra a aprovação desse projeto aqui — afirmou.

Lindbergh explicou que a MP não significa quebra de contrato nem intervenção do



Lindbergh: sociedade deve se mobilizar pela aprovação da MP

Estado. A medida apenas determina que, nas renovações de contrato, as concessionárias não mais receberão por ativos e investimentos que já foram pagos, observou.

Há reclamação das empresas, segundo Lindbergh, porque havia uma expectativa de que a renovação fosse feita nos termos antigos, “sem dar nada em troca ao Estado”.

## Dornelles vê inconstitucionalidade em artigo da medida provisória

A possibilidade de executivos das concessionárias de energia elétrica terem bens indisponibilizados nos casos previstos pela medida provisória que intervém no setor elétrico (MP 577/12) foi criticada por Francisco Dornelles (PP-RJ).

De acordo com o senador, a MP editada pelo governo representa avanços no sentido da regulamentação da ação do governo nos casos de caducidade de contrato, de falência ou de extinção da prestadora. Dornelles assevera, porém, que o sequestro de bens dos administradores das companhias — previsto no artigo 15 do texto — não pode ser tratado por meio de medida provisória.

— Esse artigo exige revisão,

pois não resiste ao exame de constitucionalidade — apontou.

Ainda conforme o senador, a MP criaria insegurança jurídica ao autorizar o bloqueio de bens por medida administrativa, sem ordem judicial, o que contraria a Constituição.

— O Congresso Nacional deve, pois, eliminar esses vícios no processo de votação da medida, sob pena de ser responsável pela introdução de um perigoso precedente que trará enorme insegurança ao ordenamento jurídico do país — avaliou.

O relator da medida provisória, Romero Jucá (PMDB-RR), admitiu que alguns pontos dela precisam ser revistos.

incertezas da economia global.

— O saldo da terceira semana de novembro ficou negativo em US\$ 952 milhões porque as nossas exportações somaram US\$ 4 bilhões enquanto as nossas importações foram maiores, no valor de US\$ 5 bilhões.

A senadora citou uma reportagem do jornal *O Globo* que mostra que, se o ritmo do comércio continuar como está, o Brasil terá o pior superávit comercial (diferença entre o que é vendido para outros países e o que é comprado) da última década.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Francisco Dornelles preside reunião em que a CAE também rejeitou projeto que criava fundo para o Entorno do DF

## Comissão é contra mudar fundo de incentivo regional

A CAE rejeitou ontem projeto que limita a aplicação de recursos por parte de empreendedores que atuam em mais de uma área de abrangência dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem projeto de lei da Câmara que restringe as aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste às regiões onde foram contratadas as operações.

O objetivo da proposta (PLC 18/10), de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), é proibir empreendedores que atuam em mais de uma área de abrangência dos fundos

de aplicar recursos fora da região onde foi tomado o financiamento.

A CAE acolheu o argumento do relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), contrário à proposta. Segundo ele, a regulamentação já é atendida por normas do Ministério da Integração Nacional e o projeto poderia criar obstáculos a investimentos produtivos nessas regiões.

O PLC 18/10 ainda será votada pelas Comissões de

Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) — esta em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário.

A CAE também rejeitou, em votação final, projeto (PLS 206/08) apresentado em 2008 pelo então senador Marconi Perillo (PSDB), que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal. A comissão seguiu o relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

## Eunício cobra votação de critérios para o FPE até o fim do ano



Eunício Oliveira (PMDB-CE) alertou ontem para a necessidade de os parlamentares definirem novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) até 31 de dezembro.

O senador lembrou que, em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o atual critério inconstitucional e deu quase três anos de prazo para o Congresso elaborar nova fórmula.

— O FPE precisa de atualização em consonância com a realidade econômica dos estados. E isso deve ser feito aqui no Senado, que é a Casa da Federação. Não podemos esperar outra decisão do Supremo. Como fizemos com os royalties do petróleo e com outros temas polêmicos, temos que buscar uma solução — afirmou.

## Pinheiro quer transição até 2018 para nova partilha de recursos

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), acredita que o Congresso chegará a um consenso em torno de uma proposta de partilha dos recursos do FPE até 18 de dezembro, última terça-feira antes do início do recesso parlamentar.

Pinheiro, que é relator na CAE de uma das propostas sobre o tema, o PLS 289/11, articula com os de mais líderes no Senado a aprovação de uma nova lei do FPE que contenha uma fase de transição. O período vigoraria até 2018, garantindo uma espécie de “pisso” aos estados na transferência dos recursos da União.

Em entrevista ontem, o senador disse que as negociações estão avançando. Ele quer um acordo que garanta a votação da matéria, no Plenário do Senado, até 28 de novembro. Isso daria tempo para o assunto ser apreciado, antes do fim do ano, também pela Câmara dos Deputados.

## Fim do teto para financiamento de casa sai da pauta

O fim do teto de financiamento para aquisição de casa pelo Sistema Financeiro de Habitação — hoje em R\$ 500 mil — foi retirado ontem da pauta da CAE. A medida está prevista em projeto (PLS 167/11) de Lobão Filho (PMDB-MA). Foram retirados de pauta também o PLS 707/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, e o PLS 311/09, de Fernando Collor (PTB-AL), que prevê estímulo à energia limpa.

## Tarifas abusivas de passagens aéreas serão tema de audiência

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou requerimento de Anibal Diniz (PT-AC) que propõe a realização de audiência pública para instruir a discussão de projeto que obriga as empresas aéreas a fornecerem ao consumidor informações que justifiquem o preço dos bilhetes.

A proposta (PLS 364/12), de autoria de Ivo Cassol (PP-RO), visa evitar variações abusivas nas tarifas. “Hoje, os preços oferecidos para um determinado itinerário

oscilam drasticamente, por vezes em questão de minutos. Além disso, um mesmo trecho pode ser oferecido por diversas tarifas, sem que as restrições e os benefícios correspondentes fiquem claros para o consumidor”, diz o senador na justificativa.

Devem ser convidados para a audiência, em data a ser marcada, representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda.

## Raupp defende parcerias público-privadas para investimentos em infraestrutura

O modelo de parceria público-privada adotado pelo governo federal para estimular investimentos em infraestrutura e a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) foram defendidos por Valdir Raupp (PMDB-RO).

— O crescimento sustentável do país requer um enorme esforço para o qual é imprescindível a participação da iniciativa privada — disse.

O senador listou ações

promovidas pela presidente Dilma Rousseff com esse objetivo, como as concessões dos Aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos. Ele citou como exemplo de parceria bem sucedida as construções das Hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, e de Belo Monte, no Pará, e o Programa de Investimentos em Logística, que prevê a concessão de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias.



Valdir Raupp/Agência Senado

## Cidinho Santos ressalta estudo sobre medidas para estimular a economia

Cidinho Santos (PR-MT) registrou estudo dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Roberto Giannetti da Fonseca sobre medidas que ajudariam o Brasil a ser um país mais competitivo na economia.

Entre as sugestões, o senador destacou a necessidade da universalização do saneamento básico por meio de novo regime tributário e regulatório para o setor.

— Hoje somente 44% dos brasileiros têm acesso à rede de esgoto, o que resulta em internações, mortalidade

em decorrência de infecções gastrointestinais, baixo aproveitamento escolar etc.

Cidinho Santos também citou o ressarcimento de créditos tributários devidos aos exportadores, a desoneração da folha de pagamentos e a transformação de algumas zonas de processamento de exportação (ZPEs) em zonas econômicas especiais (ZEEs). E destacou a importância de uniformizar a alíquota interestadual do ICMS em até 4% para todas as operações comerciais e todos os estados.

## Viana afirma que Brasil ainda não tem ações públicas satisfatórias para os idosos

Jorge Viana (PT-AC) alertou para o crescimento da população idosa no Brasil e a falta de políticas adequadas para pessoas com 60 anos ou mais.

Em discurso no Plenário, o senador ressaltou que ainda há preconceito social contra os idosos, que continuam sendo vítimas de violência das mais variadas formas.

— O Brasil tem demonstrado incapacidade de lidar com a conquista da longevidade.

Os orçamentos das prefeituras, dos governos estaduais e até da União estão longe de dar tratamento adequado para



Jorge Viana/Agência Senado

ess\ a população. Viana informou que, em 50 anos, o percentual de velhos na população brasileira aumentou consideravelmente. Em 1960, havia 3,3 milhões de pessoas com mais de 60 anos, ou 4,7% da população. Em 2010, o percentual saltou para 7,5%, ou 14,5 milhões de brasileiros.

## Sérgio Souza pede cessar-fogo imediato e acordo de paz entre Israel e Palestina

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu ontem um cessar-fogo imediato e uma solução pacífica para o conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas, que governa a Faixa de Gaza. O senador manifestou preocupação com as ações militares dos israelenses, que se preparam para ocupar por terra o território palestino, e com os contínuos lançamentos de foguetes do Hamas contra cidades de Israel.

— Das 117 mortes até agora no Estado da Palestina, 27 foram de crianças. Não se trata aqui de defender qualquer um dos lados envolvidos, mas me parece fundamental evitar a qualquer custo a morte de crianças e inocentes — disse.

Para o senador, o ideal seria que o mundo negociasse um acordo de paz entre palestinos e judeus que assegurasse a existência dos dois países, Israel e Palestina.



Sérgio Souza/Agência Senado

Odair Cunha informou que pedirá o indiciamento de todos os depoentes que se recusaram a falar na comissão; alguns parlamentares já anunciaram que pretendem apresentar voto em separado

## Apresentação do relatório final da CPI fica para hoje

O RELATÓRIO FINAL da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Cachoeira será divulgado hoje, a partir das 10h15. A reunião estava marcada inicialmente para ontem, mas não houve tempo hábil para impressão de todo o material a ser distribuído aos parlamentares.

O relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), teme o vazamento de informações e mantém sigilo sobre o relatório, mas adiantou em seu blog que o texto será “contudente” e deverá pedir o indiciamento de todos os convocados que se recusaram a depor na CPI.

O texto de Cunha não deve

ser o único documento a ser apreciado, já que parlamentares insatisfeitos com a condução das investigações já anunciaram que pretendem apresentar voto em separado.

Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT) e os deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS) estão finalizando uma representação a ser encaminhada ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pedindo que o Ministério Público vá além do que foi apurado. Eles devem pedir, por exemplo, a quebra dos sigilos bancário e fiscal de 12 empresas consideradas de

fachada ligadas à construtora Delta e o indiciamento do dono da empresa, Fernando Cavendish, do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do prefeito de Palmas, Raul Filho (PT). Também vão solicitar investigações sobre os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), e do Tocantins, Siqueira Campos (PSDB), não convocados pela CPI.

Depois de apresentado o relatório, haverá reuniões para leitura, discussão e votação. Pode haver concessão de vista pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias. A CPI encerrará os trabalhos em 22 de dezembro.



Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, Paulo Davim, e relatora, Lídice da Mata

## Adotantes de crianças da Bahia devem depor na terça

Um habeas corpus impediu o depoimento à CPI do Tráfico de Pessoas, agendado para ontem, de Carmem Kieckhofer Topschall, acusada de intermediar adoções irregulares de crianças do sertão da Bahia. Ela alegou que, na condição de investigada, não pode produzir provas contra si.

Os senadores, então, aprovaram pedidos para que na próxima reunião da CPI, agendada para terça-feira, sejam ouvidos representantes das famílias paulistas que receberam as crianças originárias de Monte Santo (BA). Em correspondência à CPI enviada por seus advogados, eles se ofereceram para comparecer à comissão e relatar a versão dos fatos.

Também foi reagendado o depoimento do atual juiz de Monte Santo, Luiz Roberto Cappio, que encontrou irregularidades nos processos de

adoção autorizados pelo juiz anterior, Vitor Bizerra.

Bizerra teria concedido a adoção de cinco crianças da mesma família a quatro casais de São Paulo em apenas 24 horas, sem procedimentos como o estágio de convivência das crianças com os pretendentes à adoção, e sem a participação do Ministério Público no processo. O caso, denunciado pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, ocorreu em junho de 2011, e está sendo investigado pela Polícia Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo a relatora da CPI, Lídice da Mata (PSB-BA), o promotor de Justiça Luciano Ghignone já afirmou haver indícios da existência, há mais de uma década, de uma quadrilha voltada ao tráfico de pessoas nos municípios baianos de Monte Santo, Euclides da Cunha, Canudos e Encruzilhada.



Cunha: pedido de bloqueio de bens foi articulado pela CPI

## Deputado rebate críticas à condução das investigações

Na véspera da apresentação do relatório final aos integrantes da CPI do Cachoeira, o deputado Odair Cunha divulgou um artigo rebatendo as críticas de que os trabalhos da comissão avançaram pouco por causa de interesses políticos.

No texto, o relator afirma que se vive hoje na “era das versões” e não na “era dos fatos”. Segundo ele, nesta “era das versões”, a imagem de que a investigação “não saiu do lugar” se cristaliza, assim como o discurso de que o objetivo da CPI mista seria ofuscar o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Penal 470 (sobre o esquema conhecido como mensalão) ou ir à forra contra inimigos políticos.

O relator se queixa de que, quando o Ministério Público pede à Justiça o bloqueio de bens de investigados, “leva sozinho os louros”, ainda que a iniciativa tenha sido articulada com a CPI, em movimentação ocorrida no período em que a imprensa considerava como paralisados os trabalhos da comissão.



Projeto está parado na Câmara há mais de um ano, diz Alvaro

## Alvaro defende lei contra corrupção e aponta lobby

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou a aprovação de uma lei anticorrupção contra empresas que oferecem suborno para concretizar negócios dentro e fora do país. Proposta com esse objetivo foi encaminhada pelo governo ao Congresso em 2010 e está na Câmara desde setembro do ano passado. Alvaro disse que a lei poderia punir a construtora Delta, que, segundo a Polícia Federal, repassou dinheiro a empresas de fachada de Carlinhos Cachoeira.

— Nesse caso, haveria a punição à empresa e não apenas a prisão de um de seus diretores, porque a Delta continua a ser abastecida pela União com recursos extraordinários — acusou.

Alvaro disse que deputados lhe informaram que o atraso se deve a articulado lobby de empresas de engenharia e de construção civil. Ele também citou análise do escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime, segundo a qual US\$ 6 bilhões foram recuperados em países que possuem leis de combate ao suborno transnacional. O Brasil, por não ter uma lei própria, ficou fora do levantamento.

## Plenário garante urgência a projeto de direitos autorais

O Plenário aprovou ontem urgência na tramitação do projeto (PLS 129/12) que trata do Novo Sistema de Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece normas para o exercício das atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) e de outras associações que fazem a gestão de direitos autorais.

A proposta, resultante dos trabalhos da CPI do Ecad, também prevê que

as emissoras de rádio e televisão deverão, a cada trimestre, por meio da internet, disponibilizar planilhas com a relação completa das obras musicais executadas no trimestre anterior para facilitar o controle dos direitos autorais.

O texto também transfere do Ministério da Cultura para o Ministério da Justiça todas as questões relativas à gestão dos direitos autorais no país.

## Davim quer mudar regras do DPvat

Paulo Davim (PV-RN) anunciou que apresentará dois projetos de lei com objetivo de alterar a Lei 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPvat).

O primeiro projeto atualiza os valores de indenização por acidentes previstos a serem pagos pelo seguro, congelados desde 2007. O segundo permite que o laudo criminal elaborado pelo Instituto Médico Legal (IML) seja usado também como laudo pericial

dos acidentes sobre os quais o seguro será pago. Atualmente, é necessária a emissão de dois laudos distintos: um para o processo criminal e outro para a seguradora responsável pelo DPvat.

— Acredito que esses dois projetos trazem benefícios concretos à população. O primeiro porque atualiza os valores das indenizações. O segundo porque deixa de sobrecarregar os médicos-legistas, que hoje precisam emitir dois laudos sobre o mesmo acidente — explicou o senador.

## Couto aponta tentativa de extorsão

Mário Couto (PSDB-PA) disse ter encaminhado ofício ao presidente do Senado, José Sarney, para que seja investigada uma tentativa de extorsão contra ele.

O senador relatou que R\$ 400 mil lhe foram pedidos por um advogado que teria citado “várias vezes” o nome do juiz Elder Lisboa da Costa, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Belém, responsável pela investigação de supostos atos de improbidade no período de 2007 a 2010 na Assembleia



Waldemir Barrato/Agência Senado

Legislativa do Pará. Couto disse que o Ministério Público “não achou nada” contra ele em apurações sobre a passagem pela presidência da Assembleia Legislativa.

A gravação da conversa com o advogado foi encaminhada ao Tribunal de Justiça do Pará, a quem Couto solicitou o afastamento do juiz.

— O advogado diz que são R\$ 400 mil e que o juiz quer receber em duas vezes. Se eu tivesse R\$ 1, eu não daria.